



Número: **0803948-27.2017.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Taperoá**

Última distribuição : **14/11/2017**

Valor da causa: **R\$ 10.125,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**


Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE DE ASSIS (AUTOR)		Hallison Gondim de Oliveira Nóbrega (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6978601	15/03/2017 16:16	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
6978646	15/03/2017 16:16	<a href="#">4853 Ex</a>	Memorial
6978657	15/03/2017 16:16	<a href="#">Acostados 4853</a>	Documento de Comprovação
7062504	22/03/2017 17:41	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
8110279	02/06/2017 10:43	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
8301818	14/06/2017 17:44	<a href="#">Diligência</a>	Diligência
8301946	14/06/2017 17:44	<a href="#">MAPFRE VERA CRUZ I</a>	Devolução de Mandado
9279561	20/08/2017 17:40	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
9384883	25/08/2017 09:46	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
9651252	12/09/2017 13:42	<a href="#">Comunicações</a>	Comunicações
10846887	14/11/2017 17:46	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
12549201	15/02/2018 10:03	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
23695946	21/08/2019 11:01	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
23734979	22/08/2019 10:21	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
24164003	05/09/2019 13:42	<a href="#">Petição</a>	Petição
24164007	05/09/2019 13:42	<a href="#">COMPR DE REQ ADM</a>	Documento de Comprovação
25967121	06/11/2019 11:59	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
27929663	03/02/2020 20:21	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
28065811	07/02/2020 09:38	<a href="#">Certidão Oficial de Justiça</a>	Certidão Oficial de Justiça
28066716	07/02/2020 09:38	<a href="#">0803948-2720178150001 - MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA - V.U.TAPEROA</a>	Devolução de Mandado

Petição em anexo,



 <b>Nóbrega Advogados Associados</b>	<b>PB JOÃO PESSOA:</b> Av. Cap. José Pessoa, 320 – Jaguaribe – CEP 58015-170 TeleFax: (83) 3222-6610
	<b>RN PARNAMIRIM:</b> Av. Maria Lacerda Montenegro, 2.835 sl. 11 - Nova Parnamirim CEP 59152-600 - Tel.: (84) 3208-9861
	<b>PE OLINDA:</b> Av. José Carlos Lima Cavalcante, 3995 - sl. 23 – Casa Calada CEP 53030-260 - Tel.: (81) 3431-9643
	E-mail: <a href="mailto:hallisonjc@hotmail.com">hallisonjc@hotmail.com</a>

Rosa / 4853

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito da(o) \_\_\_\_ª Vara Cível da Comarca de

**CAMPINA GRANDE PB:**  
virtual

**REQUERIMENTOS PRELIMINARES:**

- a) **Justiça Gratuita**, com supedâneo na Lei 1.060/50 e Súmula 29 do TJPB, por ser, a parte autora, desprovida de condições para as despesas processuais. (§ 9, “a” da presente e respectiva inclusa Declaração de Pobreza)
- b) **RITO ORDINÁRIO**, uma vez ser imprescindível, nesta ação, o encaminhamento da Parte Autora, ao IML para exame pericial

<b>Rte</b>	<b>JOSE DE ASSIS, 57 anos</b> , brasileiro, solteiro, agricultor, End. Eletr.: hallisonjc@hotmail.com, RG 781276 pb, CPF 354.510.924-00, <b>Rua José Genuino de Queiroz, 221 - Alto Taperoá - TAPEROÁ PB- CEP 58680-000</b>
------------	---

por seu advogado que esta subscreve, conforme instrumento procuratório incluso, podendo receber intimações e notificações na **Av. Cap. José Pessoa, 320 – Jaguaribe – JOÃO PESSOA PB – CEP 58015-170** vem, mui respeitosamente, perante V.Exa., com supedâneo na Lei 6.194/74 e demais legislações pertinentes, ajuizar a presente **Ação de**

**COBRANÇA DE DIFERENÇA c/c REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS**

3f (DPVAT - invalidez - S / Laudo)

em face de

<b>Rda</b>	<b>MAFPFRE SEGUROS GERAIS S/A, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 61.074.175/0001-38, End. Eletr.: “WWW.mapfre.com.br/seguero-br”</b> , Av. Pres. Getúlio Vargas, 307 - Centro - CAMPINA GRANDE PB - CEP 58400-052
------------	--

expondo, e requerendo ao final, o seguinte:

Ex. – 3f

4853 (03/mar/17) - JOSE DE ASSIS

1 / 3



## I- DO FATO

1. Na data de 30/out/14 foi vítima de acidente de trânsito, conforme inclusos Boletim de Ocorrência Policial e/ou Declaração do SAMU e Boletim de Atendimento Médico, sofrendo seqüela de/no(a) tce + mid + ABDOME, conforme incluso Laudo Hospitalar.

## II- DAS PRELIMINARES

2. É praxe das Seguradoras, em Contestação, agüir preliminares sobre as quais aqui se antecipa a devida manifestação:
    - a) **Ilegitimidade passiva:** Todas as seguradoras, inclusive a Demandada, formam um consócio (**NÃO EXTINTO**), instituído pelo Art. 7º da Lei 6.194/74, ao qual se vinculam e em que se obrigam, todas, a efetuarem o pagamento do DPVAT. Tal entendimento se confirma com Decisões do TJRN nas Apelações Cíveis nº 2010.001747-7 e 2010.001758-7 que tem a Demandada como Apelada: “Inocorrência. Consócio de seguradoras. Parte legítima. Nulidade da sentença. retorno dos autos à primeira instância. Recurso conhecido e provido.” e “... reformando a sentença atacada, para afastar a ilegitimidade passiva da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S.A.”
    - b) **Carência de ação – Falta de interesse de agir:** A parte Autora não está obrigada a, primeiro, buscar Prévio Procedimento Administrativo uma vez que o texto constitucional em seu Art. 5º, XXXV não impõe nenhum condicionamento, muito menos esse, para que seja excluída, da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito seu. No mesmo sentido, em Ementa na Apelação 2009.006430-0 (Apelada: a mesma Demandada), assim decidiu o TJRN: “O fato do demandante não ter formulado pleito administrativo prévio para recebimento da indenização securitária, não obstaculiza o ingresso em juízo...”. Conquanto a presente exposição, ainda há magistrados que intimam a Parte Autora para provar **pretensão resistida**, o que, neste item, data vênha, bem esclarecido se apresenta (CF e Ementas) a desnecessidade de tal prova, vez que foi demonstrado, acima, que não é exigido a busca do prévio processo administrativo para, depois, buscar a Prestação jurisdicional do Estado. Ainda: nesta ação, conforme o capítulo III abaixo, a ré foi buscada e não atendeu *in toto* o direito preconizado. Ademais, houve procedimento administrativo, conforme abaixo explicitado, nos itens “3” e “4”.
- a) **Documentos Indispensáveis:** Toda a documentação exigida pela Lei 6.194/74 foi carreada com a Exordial, aos autos, com exceção do Laudo Médico Pericial, sendo que, com o deferimento do pedido na Inicial para encaminhamento à Perícia Médica, suprir-se-á tal lacuna. **Há que se atentar que, quando do recebimento administrativo, é realizado exame por profissional designado pela própria Demandada (sem isenção quanto ao Profissional do juízo), entretanto, o conteúdo do resultado nunca chega às mãos da Parte Autora e nem é carreada aos autos pela Demandada, quando citada.** Em decisão do TJRN na Ap. Cível Nº 20.01611-6 assim se pronuncia: “1- A produção do laudo pericial poderá ser realizada até a fase instrutória”.
- b) **Megadata:** Tal suposto documento nenhum valor jurídico tem, pois não passa de mero espelho de computador, sem prova alguma de efetivação de pagamento de DPVAT. Se o valor do mesmo for o de R\$ **3,375,00**, a Parte Autora não se oporá.
  - c) **Prescrição:** O prazo prescricional começa sua contagem a partir do resultado positivo do Exame Pericial. Assim corrobora a Súmula 278 do STJ: “o termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral”. No presente caso o prazo foi interrompido em **15/mai/15**, data em que a Demandada efetuou o pagamento a menor, conforme itens 3/4 abaixo.

**Assim, requer que sejam, as preliminares suscitadas na Contestação, consideradas impugnadas na forma acima exposta, sem a necessidade de nova manifestação, com exceção de outras aqui não elencadas, com a rejeição de todas.**

## III- DO PRÉVIO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

1. É comum a Demandada alegar falta de interesse de agir. Entretanto, A Parte Autora buscou, na via administrativa, a satisfação do seu direito nos termos da legislação que regula o Seguro DPVAT, mas teve o seu direito preterido em face de pagamento a menor do que a legislação determina, pois o valor a ela pago foi o de R\$ **3,375,00**, na data de **15/mai/15**, ficando a diferença que ora pleiteia, no valor de R\$ , já que o correto valor determinado pela Lei 6.194/74 (com as alterações introduzidas pela Lei 11.482/07) é **de até** R\$ 13.500,00 para invalidez permanente, que é o caso da Parte Demandante.
2. Há que se ressaltar que, na época própria, toda a documentação exigida pela Lei foi apresentada à Seguradora que fez o referido pagamento, pois se assim não fosse, obviamente, a mesma não teria efetuado o pagamento nem mesmo do citado valor. Logo, não cabe à Demandada, a esta altura, achar de exigir apresentação de quaisquer outras documentações para provar o sinistro, nexos causal e direito da Parte Autoral, já que tais provas foram cristalinamente consubstanciadas com tal documentação já em poder do Consócio a que a Demandada está vinculada.

## IV- DO DANO MATERIAL:

3. Determina o Código Civil nos artigos 876 e 884 do Código Civil, *ipsis litteris*:  
“Art. 876. **Todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir; obrigação que incumbe àquele que recebe dívida condicional antes de cumprida a condição**”.  
Art. 884. **“Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita à atualização dos valores monetários”.**



## V- DO DIREITO

4. Quanto ao Direito à percepção do seguro, a Lei n. 6.194/74, art. 5º, preceitua que:

**"O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado".**

5. Tem sido comum a alguns órgãos regionais do IML se negar a proceder o exigido exame médico, mesmo quando a vítima é encaminhada pelo Juiz, o que pode ser passivo de intervenção no Estado por descumprimento da Lei Federal, a de nº 11.945/2009, que, em seu Art. 31 altera o § 5º do Art. 5º da Lei 6.194/74 o qual passa a textualizar:

**"§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais."**

## IV- DO FORO

6. É certo que o domicílio da Parte Autora não está em logradouro cuja competência seja dessa Comarca, entretanto, como a Parte Demandada tem Escritório nessa cidade, aquela usufrui da permissibilidade de que dispõe os Art. 75 do CC c/c Arts. 46 e 53, III, "a" do NCPC/2015.

## -VI- DO PEDIDO:

7. **PELO EXPOSTO**, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c o art. 3º e 5º alínea "II" da Lei 6.194/74, requer a procedência da presente demanda em todos os seus pedidos, para condenar a parte requerida no pagamento da indenização em epígrafe, fundada no valor da **DIFERENÇA** no valor de até R\$ **10.125,00**, de acordo com o resultado do Laudo a ser emitido, quantificando a porcentagem de invalidez, referente ao seguro DPVAT, face a debilidade permanente sofrida pela Parte Autora (na forma exposta no retro § "1") adquirida através de sinistro de acidente de trânsito, **requerendo**, ainda, o seguinte:

a. *Ab initio*, deferimento da(s) **preliminar(es)** *prefacial(is)* (**1ª pág. da presente**);

b. Citação da Promovida **através de AR (Correios - Art. 221 I do CPC)** no endereço retro declinado, para, no prazo legal determinado, sob pena de revelia e confissão, apresentar proposta de **acordo e/ou contestação**;

c. Para cumprimento do disposto no Art. 5º - § 5º da Lei do DPVAT, com as alterações introduzidas pelo Art. 31 da Lei 11.945/09, **requer seu encaminhamento para o IML Local**, o qual tem a obrigação de, consoante o citado dispositivo legal, verificar e quantificar as lesões sofridas pela vítima (item 1 da Exordial). Para tanto, apresenta, ao final, seus quesitos, dispensando indicação de assistente técnico.

d. Contestação apresentada pela Demandada, Manifestação antecipada sobre preliminares (retro item "2") e juntado o Laudo de Exame Médico advindo do deferimento do requerido na retro alínea "c" e, ainda, considerando que toda a documentação exigida pela Lei 6.194/74 está sendo anexada à Exordial, o processo há de ser considerado devidamente saneado (sem nenhuma outra prova a produzir) com a prolação de **Sentença com base no Exame Pericial**, razão por que a Parte Autora, **na forma do Art. 319, VII do NCPC de 2015, opta pela não realização de audiência de conciliação ou mediação**, visando maior fluidez e celeridade aos autos, o que não produzirá prejuízo à Demandada.

e. Com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativos à data do sinistro;

f. Seja, a demandada, condenada no pagamento de honorários advocatícios em 20% sobre o valor sentenciado, mais custas processuais e demais emolumentos.

Dá, à presente, o valor de R\$ **10.125,00**, para efeito fiscal.

Nestes Termos,  
Pede e Espera deferimento.

CAMPINA GRANDE PB, 9 de março de 2017.

*Hallison Gondim de Oliveira Nóbrega*  
Advogado OAB/PB 16.753 – RN 972-A – PE 1563-A – BA 39042

*Mário Vicente da Silva Filho*  
Advogado OAB/PB 19.647

## QUESITOS

Seqüela de/no(a): **tce + mid + ABDOME**

1. Das lesões sofridas houve seqüelas permanentes? ( )
2. Qual o grau de debilidade? \_\_\_\_\_





Nóbrega Advogados Associados

PB JOÃO PESSOA: Av. Cap. José Pessoa, 320 - Jaguaribe CEP 58015-170 TeleFax: (83) 3222-6610  
RN PARNAMIRIM: Av. Maria Lacerda Montenegro, 2.835 sl. 11 - Nova Parnamirim CEP 59152-600 - Tel.: (84) 3208-9861  
PE OLINDA: Av. José Carlos Lima Cavalcante, 3995 - sl. 23 - Casa Caiada CEP 53030-260 - Tel.: (81) 3431-9643  
E-mail: [hallisonjc@hotmail.com](mailto:hallisonjc@hotmail.com)

## Procuração

Parte Outorgante

**JOSE DE ASSIS**, brasileiro, solteiro, agricultor, RG 781276 pb, CPF 354.510.924-00, com endereço na(o) Rua José Genuíno de Queiroz, 221 - Alto Taperoá - TAPEROÁ PB - CEP 58680-000

Parte Outorgada

- **HALLISON GONDIM DE OLIVEIRA NÓBREGA**, solteiro, inscrito na OAB/PB 16.753; RN 972-A; PE 1563-A; BA 39042;
  - **MÁRIO VICENTE DA SILVA FILHO**, solteiro, inscrito na - OAB/PB 19.647 e
  - **EDSON MORETE DOS SANTOS** - OAB/PB 12.619 e RN 701-A;
- todos brasileiros e Advogados com Escritório Principal na Cidade de JOÃO PESSOA PB, na Av. Capitão José Pessoa, 320 - Jaguaribe - CEP 58015-170.

Pelo presente instrumento de **PROCURAÇÃO**, a retro **Parte Outorgante** nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados (**PARTE OUTORGADA** acima), **conferindo-lhes** os poderes da cláusula "ad judicia et extra", em qualquer instância ou Tribunal, para, em conjunto ou separadamente, defender interesses nas ações que propuser ou contra si forem propostas ou já em andamento, além de transigir, acordar, receber e dar quitação, celebrar acordos (inclusive extras judiciais), firmar e ratificar termos e compromissos, e praticar todos os demais atos em direito permitidos, por mais especiais que sejam, até substabelecer, com ou sem reservas de poderes, no todo ou em parte, podendo, ainda, receber Alvará Judicial de Pagamentos junto a quaisquer instituições públicas e/ou privadas (inclusive Estabelecimentos Bancários e/ou Financeiros e Seguradoras), passando recibo e dando quitação.

## Contrato

Fica **CONTRATADO**, desde já, que os devidos honorários advocatícios serão na base de 30% (trinta por cento) sobre o valor bruto a receber (no caso de indenização e outros recebimentos congêneres), os quais, quando for o caso, serão descontados em favor do constituído (art. 22 § 4º da Lei 8.906/94), com expedição do respectivo Alvará pelo juízo da ação, constando a soma dos honorários sucumbenciais e os contratuais, tudo em favor do outorgado que o requerer e conforme pacto através do presente instrumento, sendo que, quando houver prestações continuadas (benefícios mensais previdenciários, pensão alimentícia e congêneres), serão pagos, além dos honorários sobre atrasados, também sobre os valores recebidos durante os 12 (doze) meses seguintes. Nas ações que não visem qualquer recebimento em espécie, os honorários serão os constantes da tabela da OAB do Estado onde for ajuizada a Ação. Assim, fica configurado **CONTRATO DE ADESÃO**, formalizado, para qualquer eventualidade futura.

CAMPINA GRANDE PB, 7 de março de 2017.

01A) KIT Poc E Decl - Atual - 26mar14 - P-ASSINAR  
(S-Cad.) 25%-4

Cad. 4853

1/3

Cad. 4853

01A) Kit Poc e Decl - 03jul13

Cad. 4853




**JOSE DE ASSIS**, brasileiro, solteiro, agricultor, RG 781276 pb, CPF 354.510.924-00, com endereço na(o) Rua José Genuino de Queiroz, 221 - Alto Taperoá - TAPEROÁ - PB - CEP 58680-000

## DECLARAÇÃO

(não ajuizamento de ação DPVAT)

Para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o abaixo qualificado e assinado declara, para os devidos fins de Direito que se fizerem necessários, que não recebeu verbas referentes ao Seguro DPVAT que está sendo objeto do pedido da exordial, bem como não ajuizou ação em outra comarca visando recebimento do referido seguro contra outra seguradora ou em qualquer outro Estado da Federação. Declara, ainda, estar ciente das sanções administrativas, cíveis e criminais em caso falsa declaração.

  
CAMPINA GRANDE - PB, 7 de março de 2017





**JOSE DE ASSIS** brasileiro, solteiro, agricultor, RG 781276 pb, CPF 354.510.924-00, com endereço na(o) Rua José Genuino da Cruz, 221 - Alto Taperoá - TAPEROÁ - PB - CEP 58680-000

## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

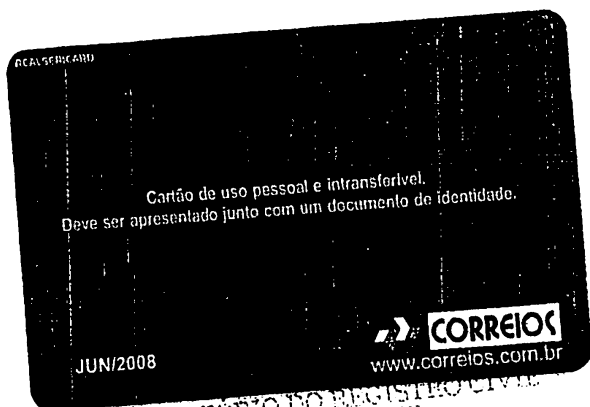
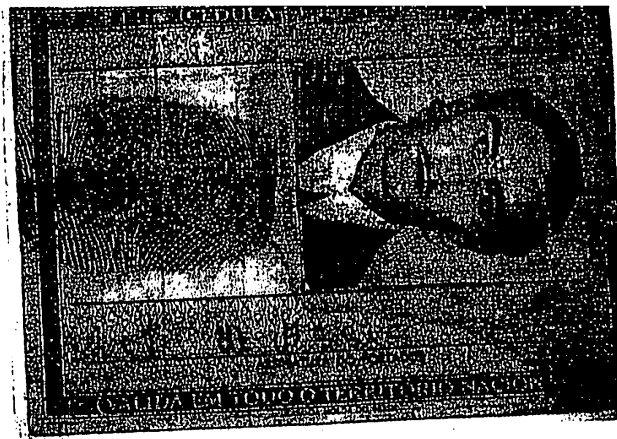
O abaixo qualificado e assinado declara, nos termos da Lei 1.060/50, que é pobre na forma da lei, não dispondo de meios que possibilitem custear as despesas processuais e honorárias da ação a ser proposta.

Afirma, ainda, ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a verdade.

Assina esta declaração para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

CAMPINA GRANDE PB, 7 de março de 2017.





CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL  
TAMERDA  
Cadastrado em 25.03.09  
negatives  
Nada de Ocorrência registrada  
Cartório de Registro Civil

02.357.489/0001-06  
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL  
TAMERDA  
Cadastrado em 25.03.09  
negatives  
Nada de Ocorrência registrada





Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba

FRANCISCO ALVES DE MEDEIROS

MNN7533 9C2KC08106R896933

LICENCIAMENTO 2010

BOMBEIRO 2010

SEG. OBRIGATORIO 2010

IPVA 2010 PARCELA UNICA

88,98

13,35

259,04

76,86

40493598472

30/04/2010

19/04/2010

438,23

DEMONSTRATIVO DOS PAGAMENTOS

Usuário

NADA CONSTA SALVO MULTAS EM TRAMITACAO/SUSPENSO OU EM OUTRO ORGAO

EMISSAO 48 HS APOS PGTO/

DATA RECIBO: 00/00/0000

DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba

FRANCISCO ALVES DE MEDEIROS

MNN7533 9C2KC08106R896933

LICENCIAMENTO 2010 BOMBEIRO 2010

Taxas

IPVA

88,98

76,86

259,04

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

40493598472

30/04/2010

19/04/2010

13,35

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

40493598472

30/04/2010

19/04/2010

13,35

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

40493598472

30/04/2010

19/04/2010

13,35

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

40493598472

30/04/2010

19/04/2010

13,35

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

40493598472

30/04/2010

19/04/2010

13,35

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

40493598472

30/04/2010

19/04/2010

13,35

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

40493598472

30/04/2010

19/04/2010

13,35

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

40493598472

30/04/2010

19/04/2010

13,35

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

40493598472

30/04/2010

19/04/2010

13,35

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

40493598472

30/04/2010

19/04/2010

13,35

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

40493598472

30/04/2010

19/04/2010

13,35

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

40493598472

30/04/2010

19/04/2010

13,35

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

40493598472

30/04/2010

19/04/2010

13,35

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

40493598472

30/04/2010

19/04/2010

13,35

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

40493598472

30/04/2010

19/04/2010

13,35

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

40493598472

30/04/2010

19/04/2010

13,35

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00

00,00</

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DENATRAN

CONTRAN

DETRAN - PB  
CERTIFICADO DE REGISTRO E IDENTIFICAÇÃO DE VEÍCULO  
VIA 1 88008298-50/ 00/000000000 2010

FRANCISCO ALVES DE MEDEIROS

40493598472

PLACA  
MNN7533/PB

NOVO 00 9C2KCO8106R896933

PAS/MOTOCICLA

CHASSIS

HONDA/CG 150 TITAN KS

ANO FABR 2006

2 8/149 /CCT

CATEGORIA  
PARTIC

CORRESPONDENTE  
PRESTA

IPVA EM 22/04/2010

VENO / DATA

V - FANTASIA

2

A - FANTASIA

3

A.F. BCO ASN AMRO REAT S.A.

CARTELA GRANDE - 00

22/04/2010

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS  
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU PORTUÁRIA CARGA A PESSOAS  
TRANSPORTADAS CUMAO - SEGURO DPVAT

PB Nº 8815730626 BILHETE DE SEGURO DPVAT

FRANCISCO ALVES DE MEDEIROS

40493598472

PLACA  
MNN7533/PB

BILHETE DE SEGURO DPVAT

PB Nº 8815730626

EXERCÍCIO 2010 DATA EMISSÃO 22/04/2010

FRANCISCO ALVES DE MEDEIROS

NOME / ENDEREÇO

1 40493598472

PLACA  
MNN7533/PB

880082950 GAS HONDA/CG 150 TITAN KS

ANO FABR 2006

9

9C2KCO8106R896933

PREMIO TOTAL (R\$)

SEGURO

PREMIO TOTAL (R\$)

Seguradora Líder dos Consórcios

do Seguro DPVAT S/A

CNPJ: 09.248.608/0001-04

044 0942

JOSE DE ASSIS  
RUA JOSE GEMUNO DE QUEIROZ, 77 - SO ALTO  
TAPESSAIA/PB CEP 5860000 (AG 66)

CLASSIFICACAO: RESIDENCIAL/BAIXA RENDIMENTO MONOFASICO  
Roteiro: 2-90-810-2780 Referencia: Nov/2014  
Número: 00001213966 Emissão: 05/11/2014

ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Br 230, Km 26 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB CEP 58071-680  
CNPJ 08.065.182/0004-40 Ins. Est 16.015.023-6

Nota Fiscal de Conta de Energia Elétrica Nº0001049494  
Código para Débito Automático: 0000099078

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Aceso: www.energisa.com.br

Rec: 1172 00b0 1cc0 8417 9ea4 0053 10e1

Conta referente a **CDC (Código do Consumidor): 5/99907-8**

Nov / 2014

Canal de contato

Apresentação

05/11/2014

Data prevista da  
próxima leitura

04/12/2014

CPF/CNPJ/RANI

5841-00000

Cálculo de consumo

Faturas em atraso

FATURAS VENCIDAS ATÉ  
O DIA 31/10/2014 PAGAS  
OBRIGADO

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			

05/10/14	5923	05/11/14	5995	1	75	30
----------	------	----------	------	---	----	----

Demonstrativo		Preço	Valor (R\$)
Descrição	Quantidade		

Consumo - 100% BR	30	3,12674	3,60
-------------------	----	---------	------

Consumo - 31 a 100% BR	45	0,21726	3,77
------------------------	----	---------	------

IMPOSTOS E ENCARGOS

PIS 3,34

COFINS 1,58

CONTRIBUIÇÃO PÚBLICA 2,32

JUROS DE MORA 10/2014 3,12

MULTA 10/2014 3,50

ICMS (Base de Cálculo R\$ 39,32 | Alíquota 25,00%) 3,93

Histórico de Consumo  
(kWh)

Out/14	80
Set/14	75
Ago/14	74
Jul/14	80
Jun/14	88
Mai/14	77
Abr/14	74
Mar/14	79
Fev/14	78
Jan/14	82
Dez/13	78
Nov/13	71

Média dos últimos meses  
78 kWh

VENCIMENTO

12/11/2014

TOTAL A PAGAR

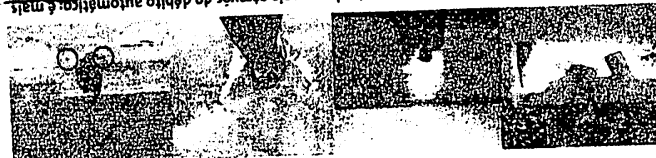
R\$ 28,24

Indicadores de Qualidade

8/2014 - Julho/2014

Discriminação	Valor (R\$)	%
---------------	-------------	---

Limite  
Autorize o pagamento de sua conta de energia através do débito automático. É mais



Assinado eletronicamente por: Hallison Gondim de Oliveira Nóbrega - 15/03/2017 16:16:06

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17031516151431500000006844701

Número do documento: 17031516151431500000006844701

**HOSPITAL GERAL DE TAPEROÁ**  
**FONE: (93) 3463-2298**  
**FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL**

**IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE**

Nº: 26473 - Pronto Socio: 12/16  
Nome: **JOSE DE ASSIS** Cor: **PARDO**  
Data: 02/03/1996 Idade: 36a 7m SEXO: M Estado Civil: **SOLTEIRO**  
Endereço: RUA RITA DE ASSIS MELO nº 970  
Cidade: **TAPEROÁ** /PB Cep: 58600000 Bairro: **CENTRO**  
Telefone: 638613767 Celular: R.G.:  
Mãe: **MARIA DE LOPES DA CONCEIÇÃO**  
Pai: **FRANCISCO JOSE DE MARIA**

**DADOS DO ATENDIMENTO**

Data: 06/11/2014 Horário: 14:15 Operador: **APARECIDA**  
Motivo: **URGÊNCIA** Tipo de Serviço: **CONSULTA**  
Local: **SUS AMBULATORIO** Nº Cartão do Sus: 120956663150009

SINAIS VITAIS PA=160 X 80 mmHg T= 36,2 SPO2= 96%

NUM: / / DPV: / /

**ANAMNESE E EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)**

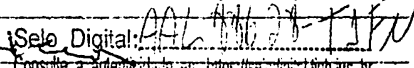
**PACIENTE TRAZIDO POR STML VÍTIMA DE ACIDENTE DE CARRO COM TRINTA DE OMBRO (D) AO EXAME: FICOU MELHOR. CORTE NA TUBERÍCULO. LUXAÇÃO DE OMBRO (D).**

**EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: (TIPO)**

Serviço: **Ortopedia** Registrar: **Carlos Roberto F. Filho**  
Emissão: 06/11/2014  
Cópia Original: **25 NOV 2014**  
Assinatura: **Carlos Roberto F. Filho**  
Escritura: **ESCREVENTE**

**PROFISSIONAIS:**

**QUIRÓTIPO, MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS:**

**Transferido para tratamento em outro hospital**  **Sele Digital: AAL 11/11/2014**  
Consulte a autenticidade em: <https://seledigital.tjpb.jus.br>

**PROCEDIMENTO (DESCRITAÇÃO)**

**DIAGNÓSTICO** **Luxação de ombro (D)**

**MEDICAÇÃO:**  
☐ PRESCRITA ☐ OBSERVAÇÃO ☐ RESIDÊNCIA  
☐ APLICADA ☐ INTERNAÇÃO ☒ OUTRO HOSPITAL  
☐ OUTROS

**PROCEDIMENTOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO**

**0303060065**

**ASSINATURAS:**

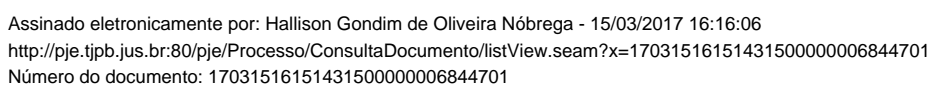
Nº: 106164 CRM: 106164

**Assinatura do Paciente / Acompanhante ou Responsável**



1990

100-443602



ATESTADO MÉDICO

ATESTO que

José da Silva

foi atendido(às) hoje, às

23:27

horas, necessitando de

30

dias de afastamento do trabalho, à partir desta data.

DIAGNÓSTICO CID

J42.

Campina Grande,

30/10/14

Assinatura do Médico - CRM Nº

End.: Av. Floriano Peixoto, 4700 - CEP 58432-809 - Malvinas - Campina Grande - PB

MOD 004





GOVERNO DO ESTADO DA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
2ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA  
DELEGACIA DO PLANTÃO CENTRALIZADO  
R. Raimundo Nonato de Araujo, SN - Catolé - Campina Grande - 58100-000 - 310-9300



ROSA

Ocorrência Nº 004890/14

### CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os Registros de Ocorrências Policiais deste Órgão, encontrei a Ocorrência de Nº 004890/14 registrada em 12/12/2014, que passo a transcrever na íntegra: Aos doze dias do mês de dezembro do ano de 2014, nesta cidade de Campina Grande, estado da Paraíba no Cartório de Registro de Ocorrência da DELEGACIA DO PLANTÃO CENTRALIZADO, quando encontrava-se presente a Bela. JOSEFA ALVES DE ASSIS, Delegada de Polícia, comigo Escrivão do seu cargo, ao final assinado e declarado, ai, por volta das 09:31 horas, compareceu o Sr. JOSÉ DE ASSIS, com 56 anos de idade, filho de FRANCISCO JOSÉ DE MARIA e MARIA DE LOURDES DA CONCEIÇÃO, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de TAPEROÁ - PB, Solteiro, escolaridade Fundamental Incompleta, profissão AGRICULTOR, portador da Cédula de Identidade Nº 781.276, expedido pela SSP-PB, com C.P.F. de Nº 35451092400, residindo à rua JOSÉ GENUÍNO DE QUEIROZ, 221, bairro CENTRO, na cidade de TAPEROÁ - PB, celular NÃO INFORMADO.

139302

#### Declarou que:

Informa o declarante, por volta das 18h40min do dia 30.10.2014, estava trafegando pela Rodovia PB 238, (conduzindo) a motocicleta HONDA/CG 150 TITAN KS, ano/modelo 2006/2006, cor preta, chassi 9C2KC08106R896933, de placa MNN-7533/PB, licenciada em nome de Francisco Alves de Medeiros, quando na rotatória de acesso para a cidade de Taperoá/PB perdeu o controle de direção e acabou chocando-se com a parede do Ginásio de Esportes, sofrendo ferimentos graves, sendo socorrido pelo SAMU e encaminhado para o hospital Geral de Taperoá/PB e logo depois transferido para o hospital Regional de Emergência e Trauma de Campina Grande/PB, onde foi submetido a tratamentos médicos, conforme prontuário apresentado nesta Delegacia; Que, no momento do acidente o tempo encontrava-se bom e com via seca, porém não existe iluminação no local, não encontrando-se o declarante sob a influência de bebida alcoólica; Que, os Policiais Militares da CPTran não estiveram no local e portanto não foi confeccionado o Boletim de Acidente de Trânsito. Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente certidão. O referido é verdade e dou fé

Campina Grande, Sexta-feira, 12 de Dezembro de 2014

2099049959

JOSÉ DE ASSIS

Declarante

José Alberto do Nascimento  
Escrivão de Polícia

JOSÉ ALBERTO DO NASCIMENTO

Escrivão

DEPARTAMENTO DE SINISTROS DPVAT
CONTEUDO NÃO VERIFICADO
19 DEZ 2014
Gente Seguradora S/A Av. Dom Luís, 300 - Lj. 147 - Fortaleza/CE

210014702





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**9ª Vara Cível de Campina Grande**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0803948-27.2017.8.15.0001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Defiro os benefícios da Justiça Gratuita.

Considerando que a celebração de acordo entre as partes de ação de cobrança de seguro DPVAT, em geral, somente acontece após a realização de prova pericial, bem como em homenagem aos princípios da economia e celeridade processual, deixo de designar a audiência preliminar prevista no artigo 319, VII, do CPC/2015.

**Cite-se** a parte promovida, com as cautelas, advertências e formalidades legais para apresentar defesa no prazo legal, sob pena de revelia.

Campina Grande/PB, data e assinatura digitais.

Juiz(a) de Direito



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**9ª Vara Cível de Campina Grande**

( )

Nº do processo: 0803948-27.2017.8.15.0001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)  
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**MANDADO DE CITAÇÃO**

O MM. Juiz de Direito da 9ª Vara Cível de Campina Grande manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte  
N o m e :                M A P F R E                V E R A                C R U Z                S E G U R A D O R A                S / A  
Endereço: AV PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 307, CENTRO, CAMPINA GRANDE - PB - CEP: 58400-052 para  
querendo defender-se, no prazo de 15 dias, nos termos dos arts. 336 do CPC, sob pena de revelia.

Campina Grande, em 2 de junho de 2017.

De ordem, ERIVAN GUEDES DA SILVA

Técnico Judiciário

**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:**

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO

17031516150151600000006844691



## C E R T I D ã O

Certifico que, em cumprimento ao mandado, CITEI A MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, POR MEIO DE O Sr. LEONARDO BRUNO N. NÓBREGA, Assistente Comercial Jr., o qual recebeu Contrafé, ficou ciente de todo o seu teor e exarou a sua assinatura. O referido é verdade; dou fé.

CAMPINA GRANDE, 14 DE JUNHO DE 2017.

NADJA E. PONTES CORDEIRO



**Poder Judiciário da Paraíba  
9ª Vara Cível de Campina Grande**

( )

Nº do processo: 0803948-27.2017.8.15.0001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)  
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**MANDADO DE CITAÇÃO**

O MM. Juiz de Direito da 9ª Vara Cível de Campina Grande manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte Nome: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A  
Endereço: AV PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 307, CENTRO, CAMPINA GRANDE - PB - CEP: 58400-052 para querendo defender-se, no prazo de 15 dias, nos termos dos arts. 336 do CPC, sob pena de revelia.

Campina Grande, em 2 de junho de 2017.

De ordem, ERIVAN GUEDES DA SILVA

Técnico Judiciário

**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:** <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

**NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO**

17031516150151600000006844691



Assinado eletronicamente por: ERIVAN GUEDES DA SILVA  
<http://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>  
ID do documento: 8110279



17060210432085800000007944383

Leonardo Bruno N. Nobrega  
Assistente Comercial Jr.

09/06/17





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**9ª Vara Cível de Campina Grande**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0803948-27.2017.8.15.0001

**DECISÃO**

Vistos, etc.

A Súmula 540 do STJ assenta que "na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu".

Nos autos, observo que tanto o domicílio do autor, quanto o local do acidente é a cidade de Taperoá/PB, lugar sede de Comarca.

Restaria, então, o domicílio do réu, indicado na inicial como sendo em Campina Grande.

A parte demandada é a Mapfre. Por uma rápida consulta no google, vejo que tem matriz na cidade de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 11.71, bairro do Brooklin. (9<https://www.compareemcasa.com.br/seguero-auto/mapfre/endereco-matriz-mapfre-seguros/>).

É a matriz que deve ser considerada domicílio do autor e não simples filial, a exemplo da existente em Campina Grande (AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - FORO DO DOMÍLIO DO RÉU - FILIAL – IMPOSSIBILIDADE - A ação de cobrança de seguro DPVAT pode ser proposta no foro de domicílio do autor ou o do local do fato, a teor do disposto no parágrafo único do artigo 100 do CPC, sendo admissível também a opção pelo foro geral - domicílio do réu -, inteligência do artigo 94 do CPC. - Não é admissível, entretanto, a propositura da ação no foro em que a empresa possui mera filial. V.V. (Des. Alvimar de Ávila AGRADO DE INSTRUMENTO CV Nº 1.0701.12.013481-5/001 - COMARCA DE UBERABA - AGRAVANTE (S): ÁQUILA GABRIELI BORGES - AGRAVADO (A)(S): MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A))

Então, o autor só poderia ter optado pelas Comarcas de Taperoá/PB ou São Paulo/SP e nenhuma outra para ajuizar a presente demanda.

Admissível a declaração de incompetência de ofício pelo Juiz, pois é dever do Poder Judiciário agir sempre em consonância com as normas e com a finalidade a que elas se propõem. A hipótese é de evidente afronta ao princípio do juiz natural, com lédima escolha do juízo, em razão disso, a incompetência se torna absoluta.

Destarte, a propositura do feito em Comarca distinta do domicílio do autor, local do acidente, ou local onde a ré possui sede (considerando-se esta o local da matriz), sem referência alguma de justificativa que indique motivo juridicamente admissível, como já dito, viola o princípio do juiz natural, até porque, não é dado às partes escolher, de forma aleatória, em qual foro terá julgamento o litígio, devendo ser atendidos os critérios definidos previamente em lei.

Diante da ausência de justificativa e dos indícios presentes nos autos, pode-se concluir que o ajuizamento da demanda em Campina Grande trata-se de mera opção por jurisdição que melhor atenda a interesses pessoais de maneira não resguardada pela legislação pátria, o que é vedado por lei, com base no art. 5º, XXXVII e LIII, da CF/88.



Portanto, no caso dos autos, a escolha do juízo deu-se de forma estranha ao ordenamento jurídico, não recaindo sobre nenhum dos foros possíveis e passíveis de escolha, restando então ao Juiz singular o declínio de ofício da competência por passar a configurar, diante da particularidade do caso concreto, hipótese de competência absoluta.

Isto posto, declino da competência e determino a remessa dos autos para a Comarca de Taperoa/PB, onde o autor possui domicílio, o que facilita, inclusive, seu comparecimento aos atos judiciais, quando necessário.

Intimem-se.

Passado prazo para recurso voluntário sem que se tenha qualquer notícia de irresignação, remetam-se os autos para a Comarca de Taperoá/PB, via PJ-e, caso já funcione nesse sistema aquele Juízo. Do contrário, converta-se em físico e encaminhe-se por malote digital, dando-se baixa neste, em seguida.

Campina Grande (PB), 20 de agosto de 2017.

Andréa Dantas Ximenes

Juíza de Direito





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**9ª Vara Cível de Campina Grande**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0803948-27.2017.8.15.0001

**DECISÃO**

Vistos, etc.

A Súmula 540 do STJ assenta que "na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu".

Nos autos, observo que tanto o domicílio do autor, quanto o local do acidente é a cidade de Taperoá/PB, lugar sede de Comarca.

Restaria, então, o domicílio do réu, indicado na inicial como sendo em Campina Grande.

A parte demandada é a Mapfre. Por uma rápida consulta no google, vejo que tem matriz na cidade de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 11.71, bairro do Brooklin. (9<https://www.compareemcasa.com.br/seguro-auto/mapfre/endereco-matriz-mapfre-seguros/>).

É a matriz que deve ser considerada domicílio do autor e não simples filial, a exemplo da existente em Campina Grande (AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - FORO DO DOMÍLIO DO RÉU - FILIAL – IMPOSSIBILIDADE - A ação de cobrança de seguro DPVAT pode ser proposta no foro de domicílio do autor ou o do local do fato, a teor do disposto no parágrafo único do artigo 100 do CPC, sendo admissível também a opção pelo foro geral - domicílio do réu -, inteligência do artigo 94 do CPC. - Não é admissível, entretanto, a propositura da ação no foro em que a empresa possui mera filial. V.V. (Des. Alvimar de Ávila AGRADO DE INSTRUMENTO CV Nº 1.0701.12.013481-5/001 - COMARCA DE UBERABA - AGRAVANTE (S): ÁQUILA GABRIELI BORGES - AGRAVADO (A)(S): MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A))

Então, o autor só poderia ter optado pelas Comarcas de Taperoá/PB ou São Paulo/SP e nenhuma outra para ajuizar a presente demanda.

Admissível a declaração de incompetência de ofício pelo Juiz, pois é dever do Poder Judiciário agir sempre em consonância com as normas e com a finalidade a que elas se propõem. A hipótese é de evidente afronta ao princípio do juiz natural, com lédima escolha do juízo, em razão disso, a incompetência se torna absoluta.

Destarte, a propositura do feito em Comarca distinta do domicílio do autor, local do acidente, ou local onde a ré possui sede (considerando-se esta o local da matriz), sem referência alguma de justificativa que indique motivo juridicamente admissível, como já dito, viola o princípio do juiz natural, até porque, não é dado às partes escolher, de forma aleatória, em qual foro terá julgamento o litígio, devendo ser atendidos os critérios definidos previamente em lei.

Diante da ausência de justificativa e dos indícios presentes nos autos, pode-se concluir que o ajuizamento da demanda em Campina Grande trata-se de mera opção por jurisdição que melhor atenda a interesses pessoais de maneira não resguardada pela legislação pátria, o que é vedado por lei, com base no art. 5º, XXXVII e LIII, da CF/88.



Portanto, no caso dos autos, a escolha do juízo deu-se de forma estranha ao ordenamento jurídico, não recaindo sobre nenhum dos foros possíveis e passíveis de escolha, restando então ao Juiz singular o declínio de ofício da competência por passar a configurar, diante da particularidade do caso concreto, hipótese de competência absoluta.

Isto posto, declino da competência e determino a remessa dos autos para a Comarca de Taperoá/PB, onde o autor possui domicílio, o que facilita, inclusive, seu comparecimento aos atos judiciais, quando necessário.

Intimem-se.

Passado prazo para recurso voluntário sem que se tenha qualquer notícia de irresignação, remetam-se os autos para a Comarca de Taperoá/PB, via PJ-e, caso já funcione nesse sistema aquele Juízo. Do contrário, converta-se em físico e encaminhe-se por malote digital, dando-se baixa neste, em seguida.

Campina Grande (PB), 20 de agosto de 2017.

Andréa Dantas Ximenes

Juíza de Direito







Poder Judiciário da Paraíba  
9ª Vara Cível de Campina Grande

---

**Número do Processo:** 0803948-27.2017.8.15.0001  
**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM (7)  
**Assunto:** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]  
**Polo ativo:** AUTOR: JOSE DE ASSIS  
**Polo passivo:** RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

### **CERTIDÃO**

Certifico que decorreu o prazo sem qualquer interposição de recurso à decisão que determinou a remessa dos autos à Comarca de

Campina Grande/PB, 14 de novembro de 2017  
MAJORIER LINO GURJAO



Certidão

Certifico que, após realizar consulta no PJE/STI, verifica-se a inexistência de outra ação, seja ativa ou arquivada, envolvendo as partes em litígio.

Certifico ainda que faço conclusão dos presentes autos.

Taperoá-PB, 15 de fevereiro de 2018

**Edmundo Gomes Sobral**

Auxiliar Judiciário

Mat: 476122-7.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**ESTADO DA PARAÍBA**  
**COMARCA DE TAPEROÁ**  
**DESPACHO**

Vistos.

A necessidade da prestação jurisdicional, exige a comprovação da pretensão resistida por parte do devedor, pois o judiciário visa a resolução de conflito de interesses.

Nesse sentido, tem evoluído a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

DECISÃO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. **SEGURO DPVAT. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO: CONDIÇÃO PARA ACESSO AO PODER JUDICIÁRIO.** EXIGIBILIDADE. RESSALVAS APLICÁVEIS AOS PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO. PRECEDENTE. RECURSO PROVIDO.

Relatório 1. Recurso extraordinário interposto com base na al. a do inc. III do art. 102 da Constituição da República contra o seguinte julgado da Turma Recursal Única Cível e Criminal de Imperatriz/MA: “RECURSOS INOMINADOS.

SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. AUSÊNCIA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. CARÊNCIA DE AÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO PROCESSUAL SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. POR UNANIMIDADE.

1. **O requerimento administrativo constitui requisito essencial para o ingresso da demanda judicial. 2. Inexiste necessidade do esgotamento das vias administrativas, mas apenas a necessidade do prévio requerimento administrativo, o indício de que existiu a tentativa de fazê-lo, a ponto de gerar a pretensão resistida e configurar a necessidade de intervenção do Poder Judiciário.**(RE 826890, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, julgado em 19/09/2014, publicado em DJe-193 DIVULG 02/10/2014 PUBLIC 03/10/2014)

No mesmo sentido, eis o acórdão do egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT EM VIRTUDE DE DEBILIDADE PERMANENTE - CARÊNCIA DE AÇÃO CONFIGURADA - INDEFERIMENTO DA INICIAL - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO - SENTENÇA FUNDAMENTADA NA AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR - INEXISTÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO E DE RESISTÊNCIA DA SEGURADORA NO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA - NECESSIDADE DE PRETENSÃO RESISTIDA QUE NÃO SE CONFUNDE COM A EXIGÊNCIA DE PRÉVIO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA EXIGIDO NAS AÇÕES DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - PRECEDENTES DO STF - UTILIDADE E ADEQUAÇÃO NO AJUIZAMENTO DA DEMANDA - PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO - VIOLAÇÃO NÃO CONFIGURADA - MATÉRIA DECIDIDA EM ÂMBITO DE REPERCUSSÃO GERAL E JULGADOS MONOCRÁTICOS PROFERIDA NO STF - APLICAÇÃO DO ART. 557, CAPUT DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - RECURSO EM MANIFESTO CONFRONTO COM POSICIONAMENTO DOMINANTE DO STF - NEGATIVA DE SEGUIMENTO DO APELO. O interesse de agir ou processual configura-se com a existência do binômio necessidade-utilidade da pretensão submetida ao Juiz. A necessidade da prestação jurisdicional exige a demonstração de resistência por parte do devedor da obrigação, já que o Poder Judiciário, por imposição legal, é via destinada à resolução de conflitos de interesses. Para isso, é preciso que exista a pretensão resistida, ou seja, a negativa de direito na via extrajudicial e,



Desta feita, **intime-se** o(a) requerente, via nota de foro, por meio do(a) advogado(a) habilitado(a), para comprovar, no prazo de 30 (trinta) dias, a postulação administrativa da indenização perante a Seguradora Líder - DPVAT, sob pena de indeferimento da petição inicial.

Cumpra-se.

Taperoá, data e assinaturas eletrônicas.

**José Milton Barros de Araújo**

Juiz de Direito

```
<!-- /* Font Definitions */ @font-face {font-family:"Cambria Math"; panose-1:2 4 5 3 5 4 6 3 2 4;
mso-font-charset:0; mso-generic-font-family:roman; mso-font-pitch:variable;
mso-font-signature:-536870145 1107305727 0 0 415 0;} @font-face {font-family:Calibri; panose-1:2 15
5 2 2 4 3 2 4; mso-font-charset:0; mso-generic-font-family:swiss; mso-font-pitch:variable;
mso-font-signature:-536870145 1073786111 1 0 415 0;} /* Style Definitions */ p.MsoNormal,
li.MsoNormal, div.MsoNormal {mso-style-unhide:no; mso-style-qformat:yes; mso-style-parent:"";
margin:0cm; margin-bottom:.0001pt; mso-pagination:widow-orphan; font-size:12.0pt;
font-family:"Calibri",sans-serif; mso-ascii-font-family:Calibri; mso-ascii-theme-font:minor-latin;
mso-fareast-font-family:Calibri; mso-fareast-theme-font:minor-latin; mso-hansi-font-family:Calibri;
mso-hansi-theme-font:minor-latin; mso-bidi-font-family:"Times New Roman";
mso-bidi-theme-font:minor-bidi; mso-fareast-language:EN-US;} p {mso-style-noshow:yes;
mso-style-priority:99; mso-margin-top-alt:auto; margin-right:0cm; mso-margin-bottom-alt:auto;
margin-left:0cm; mso-pagination:widow-orphan; font-size:12.0pt; font-family:"Times New Roman",serif;
mso-fareast-font-family:Calibri; mso-fareast-theme-font:minor-latin;} .MsoChpDefault
{mso-style-type:export-only; mso-default-props:yes; font-family:"Calibri",sans-serif;
mso-ascii-font-family:Calibri; mso-ascii-theme-font:minor-latin; mso-fareast-font-family:Calibri;
mso-fareast-theme-font:minor-latin; mso-hansi-font-family:Calibri; mso-hansi-theme-font:minor-latin;
mso-bidi-font-family:"Times New Roman"; mso-bidi-theme-font:minor-bidi;
mso-fareast-language:EN-US;} @page WordSection1 {size:612.0pt 792.0pt; margin:70.85pt 3.0cm
70.85pt 3.0cm; mso-header-margin:36.0pt; mso-footer-margin:36.0pt; mso-paper-source:0;}
div.WordSection1 {page:WordSection1;} -->
```



**PODER JUDICIÁRIO**  
**ESTADO DA PARAÍBA**  
**COMARCA DE TAPEROÁ**  
**DESPACHO**

Vistos.

A necessidade da prestação jurisdicional, exige a comprovação da pretensão resistida por parte do devedor, pois o judiciário visa a resolução de conflito de interesses.

Nesse sentido, tem evoluído a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

DECISÃO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. **SEGURO DPVAT. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO: CONDIÇÃO PARA ACESSO AO PODER JUDICIÁRIO.** EXIGIBILIDADE. RESSALVAS APLICÁVEIS AOS PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO. PRECEDENTE. RECURSO PROVIDO.

Relatório 1. Recurso extraordinário interposto com base na al. a do inc. III do art. 102 da Constituição da República contra o seguinte julgado da Turma Recursal Única Cível e Criminal de Imperatriz/MA: “RECURSOS INOMINADOS.

SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. AUSÊNCIA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. CARÊNCIA DE AÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO PROCESSUAL SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. POR UNANIMIDADE.

1. **O requerimento administrativo constitui requisito essencial para o ingresso da demanda judicial. 2. Inexiste necessidade do esgotamento das vias administrativas, mas apenas a necessidade do prévio requerimento administrativo, o indício de que existiu a tentativa de fazê-lo, a ponto de gerar a pretensão resistida e configurar a necessidade de intervenção do Poder Judiciário.**(RE 826890, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, julgado em 19/09/2014, publicado em DJe-193 DIVULG 02/10/2014 PUBLIC 03/10/2014)

No mesmo sentido, eis o acórdão do egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT EM VIRTUDE DE DEBILIDADE PERMANENTE - CARÊNCIA DE AÇÃO CONFIGURADA - INDEFERIMENTO DA INICIAL - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO - SENTENÇA FUNDAMENTADA NA AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR - INEXISTÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO E DE RESISTÊNCIA DA SEGURADORA NO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA - NECESSIDADE DE PRETENSÃO RESISTIDA QUE NÃO SE CONFUNDE COM A EXIGÊNCIA DE PRÉVIO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA EXIGIDO NAS AÇÕES DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - PRECEDENTES DO STF - UTILIDADE E ADEQUAÇÃO NO AJUIZAMENTO DA DEMANDA - PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO - VIOLAÇÃO NÃO CONFIGURADA - MATÉRIA DECIDIDA EM ÂMBITO DE REPERCUSSÃO GERAL E JULGADOS MONOCRÁTICOS PROFERIDA NO STF - APLICAÇÃO DO ART. 557, CAPUT DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - RECURSO EM MANIFESTO CONFRONTO COM POSICIONAMENTO DOMINANTE DO STF - NEGATIVA DE SEGUIMENTO DO APELO. O interesse de agir ou processual configura-se com a existência do binômio necessidade-utilidade da pretensão submetida ao Juiz. A necessidade da prestação jurisdicional exige a demonstração de resistência por parte do devedor da obrigação, já que o Poder Judiciário, por imposição legal, é via destinada à resolução de conflitos de interesses. Para isso, é preciso que exista a pretensão resistida, ou seja, a negativa de direito na via extrajudicial e,



Desta feita, **intime-se** o(a) requerente, via nota de foro, por meio do(a) advogado(a) habilitado(a), para comprovar, no prazo de 30 (trinta) dias, a postulação administrativa da indenização perante a Seguradora Líder - DPVAT, sob pena de indeferimento da petição inicial.

Cumpra-se.

Taperoá, data e assinaturas eletrônicas.

**José Milton Barros de Araújo**

Juiz de Direito

```
<!-- /* Font Definitions */ @font-face {font-family:"Cambria Math"; panose-1:2 4 5 3 5 4 6 3 2 4;
mso-font-charset:0; mso-generic-font-family:roman; mso-font-pitch:variable;
mso-font-signature:-536870145 1107305727 0 0 415 0;} @font-face {font-family:Calibri; panose-1:2 15
5 2 2 4 3 2 4; mso-font-charset:0; mso-generic-font-family:swiss; mso-font-pitch:variable;
mso-font-signature:-536870145 1073786111 1 0 415 0;} /* Style Definitions */ p.MsoNormal,
li.MsoNormal, div.MsoNormal {mso-style-unhide:no; mso-style-qformat:yes; mso-style-parent:"";
margin:0cm; margin-bottom:.0001pt; mso-pagination:widow-orphan; font-size:12.0pt;
font-family:"Calibri",sans-serif; mso-ascii-font-family:Calibri; mso-ascii-theme-font:minor-latin;
mso-fareast-font-family:Calibri; mso-fareast-theme-font:minor-latin; mso-hansi-font-family:Calibri;
mso-hansi-theme-font:minor-latin; mso-bidi-font-family:"Times New Roman";
mso-bidi-theme-font:minor-bidi; mso-fareast-language:EN-US;} p {mso-style-noshow:yes;
mso-style-priority:99; mso-margin-top-alt:auto; margin-right:0cm; mso-margin-bottom-alt:auto;
margin-left:0cm; mso-pagination:widow-orphan; font-size:12.0pt; font-family:"Times New Roman",serif;
mso-fareast-font-family:Calibri; mso-fareast-theme-font:minor-latin;} .MsoChpDefault
{mso-style-type:export-only; mso-default-props:yes; font-family:"Calibri",sans-serif;
mso-ascii-font-family:Calibri; mso-ascii-theme-font:minor-latin; mso-fareast-font-family:Calibri;
mso-fareast-theme-font:minor-latin; mso-hansi-font-family:Calibri; mso-hansi-theme-font:minor-latin;
mso-bidi-font-family:"Times New Roman"; mso-bidi-theme-font:minor-bidi;
mso-fareast-language:EN-US;} @page WordSection1 {size:612.0pt 792.0pt; margin:70.85pt 3.0cm
70.85pt 3.0cm; mso-header-margin:36.0pt; mso-footer-margin:36.0pt; mso-paper-source:0;}
div.WordSection1 {page:WordSection1;} -->
```



Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito da(o) **09ª Vara Cível** da  
Comarca de

**CAMPINA GRANDE** PB:

Processo: **0803948-27.2017.8.15.0001** () () **virtual**

**(Justiça Gratuita)**

Parte Aut.: **JOSE DE ASSIS**

**Ajuizamento: 15/mar/17**

**JOSE DE ASSIS**, Demandante na ação dos autos em epígrafe vem, mui  
respeitosamente, por seu advogado, face despacho desse oferecer



## **comprovante de requerimento administrativo**

conquanto tenha, a Parte Autora, requerido, à Demandada, a indenização devida, esta negou seu pedido, conforme inclusa documentação.

Assim, requer o prosseguimento do feito, com o seu encaminhamento a exame pericial, conforme consta da Exordial.

P. Deferimento.

CAMPINA GRANDE PB, 5 de setembro de 2019.

**Hallison Gondim de Oliveira Nóbrega**

Advogado OAB/PB 16.753 – RN 972-A – PE 1563-A – BA 39042



Painel do Advogado - Tribunal X 0803948-27.2017.8.15.0001 - T X globo.com - Absolutamente X Seguradora Líder-DPVAT Acom X

https://www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo

**PAGUE SEGURO**

Como Pagar  
Consulta a Pagamentos Efetuados

**ACOMPANHE O PROCESSO**

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

### SINISTRO 3140147403 - Resultado de consulta por beneficiário

**VÍTIMA** JOSE DE ASSIS  
**COBERTURA** Invalidez  
**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** GENTE SEGURADORA S/A  
**BENEFICIÁRIO** JOSE DE ASSIS  
**CPF/CNPJ:** 35451092400

**Posição em 03-09-2019 13:56:59**

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX  
 Valor da Indenização: R\$00.000,00  
 Juros e Correção: R\$00.000,00  
 Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
19/02/2015	R\$ 3.037,50	R\$ 0,00	R\$ 3.037,50

**Histórico das correspondências enviadas**

Data da Carta	Referência	Ver Carta
---------------	------------	-----------

PT 13:57 03/09/2019





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**Vara Única de Taperoá**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0803948-27.2017.8.15.0001

**DESPACHO**

Defiro a gratuidade da justiça.

Cite-se o promovido para, querendo, contestar o feito em 15 dias.

Findo o prazo e havendo manifestação, intime-se a parte autora para impugnar em 15 dias.

Após, intmem-se ambas as partes para em 15 dias especificarem as provas que desejem produzir em sede de dilação probatória, especificando-as e justificando-as, sob pena de indeferimento. Em caso de perícia, apresentar quesitos.

Venham-me conclusos somente após o decurso do último prazo.

Cumpra-se.

TAPEROÁ, 6 de novembro de 2019.

Juiz(a) de Direito



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**Vara Única de Taperoá**  
**R JOÃO SUASSUNA, S/N, CENTRO, TAPEROÁ - PB - CEP: 58680-000**

**MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

**Nº DO PROCESSO:** 0803948-27.2017.8.15.0001

**CLASSE DO PROCESSO:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S) DO PROCESSO:** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**Nome:** MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A  
**Endereço:** AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - de 1147 a 1741 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-001

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do Vara Única de Taperoá, fica Vossa Senhoria devidamente CITADO(A) por todos os atos do processo acima mencionado (cópia da inicial anexa), e intimado para, querendo, contestar o feito em 15 dias.

TAPEROÁ, em 3 de fevereiro de 2020.

PATRICIA GOMES BEZERRA DA COSTA  
Técnica Judiciária



## CERTIDÃO

Certifico e dou fé que em cumprimento ao presente mandado, me dirigi ao endereço ali indicado, e aí sendo, CITEI E INTIMEI a MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A., na pessoa de seu funcionário Lucas S. Espínola, que ficou ciente de todo o conteúdo do mandado, momento em que assinou no anverso deste, recebendo a contrafé.

Diante do exposto, devolvo o presente mandado ao Cartório para os devidos fins.

João Pessoa, 07 de Fevereiro de 2020.

Roseanne Carneiro dos Santos Caldas

Mat.: 470676-5 - Oficiala de Justiça





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**Vara Única de Taperoá**  
**R JOÃO SUASSUNA, S/N, CENTRO, TAPEROÁ - PB - CEP: 58680-000**

**MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

**Nº DO PROCESSO:** 0803948-27.2017.8.15.0001  
**CLASSE DO PROCESSO:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
**ASSUNTO(S) DO PROCESSO:** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

Nome: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A  
Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - de 1147 a 1741 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB  
- CEP: 58030-001

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do Vara Única de Taperoá, fica Vossa Senhoria devidamente CITADO(A) por todos os atos do processo acima mencionado (cópia da inicial anexa), e intimado para, querendo, contestar o feito em 15 dias.

TAPEROÁ, em 3 de fevereiro de 2020.

**PATRICIA GOMES BEZERRA DA COSTA**  
Técnica Judiciária



Assinado eletronicamente por: **PATRICIA GOMES BEZERRA DA COSTA**

**03/02/2020 20:21:12**

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **27929663**



20020320211166900000026941347



**MAPFRE SEGUROS**  
**Lucas S. Espínola**  
Assistente Comercial

07/02/2020

